

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE MAIO DE 2007**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Maio de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Batista e José Carlos da Silva.-----

-----Faltou a Sr^a Vereadora Maria Manuela Cunha.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia o Sr. Vereador Francisco Maurício apresentou o seguinte requerimento:-----

-----«Tendo sido publicada a Portaria número seiscentos e dois barra dois mil e sete de vinte e um de Maio no Diário da República número noventa e sete Primeira Série de vinte e um de Maio, com a relação das verbas que couberam a cada Município no ano de dois mil e seis, relativas à compensação dos encargos com os transportes escolares dos alunos dos sétimo, oitavo e nono anos de escolaridade, em cumprimento do disposto na lei do orçamento de Estado para dois mil e seis, nomeadamente no artigo vinte e seis da Lei número sessenta traço A barra dois mil e cinco, de trinta de Dezembro, fico surpreendido pelo facto do Município de Almeirim não ter sido contemplado.-----

-----Assim de acordo com a legitimidade que me assiste, eu Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereador em exercício de funções no executivo municipal, venho requerer a V. Ex^a que de

acordo com a alínea s) do número um do artigo sessenta e oito, Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, me seja informado qual as razões ou motivos, devidamente justificados, que levaram a que ao Município de Almeirim não fosse atribuída qualquer compensação dos encargos dos alunos dos sétimos, oitavos e nonos anos, sendo, de entre todos os Municípios de Distrito de Santarém o único quem não foi atribuída qualquer compensação.-----

-----Solicito também informação sobre o montante atribuído a esta autarquia, no mesmo âmbito, em dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e cinco.»-----

-----O Sr. Presidente propôs a remessa do requerimento ao Vereador que no ano de dois mil e seis detinha o Pelouro que englobava o Serviço de Taxas e Licenças, o próprio requerente.--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu que teve sempre alguma dificuldade em saber quais eram as suas competências, enquanto exerceu funções a tempo inteiro. E acrescentou que o Sr. Presidente deve sentir-se à vontade para averiguar as responsabilidades, até a nível de executivo e considera que deve ser reposta a legalidade, porque é inconcebível que a autarquia perca milhares de euros, como já aconteceu em dois mil e cinco, por mau funcionamento dos serviços. Todo o processo deve ser levantado, inclusive no âmbito da atribuição de pelouros e competências. O Município está a pagar transportes escolares, temos funcionários especializados e os serviços denotam este tipo de erros.-----

-----O Sr. Presidente disse que vai exigir responsabilidades.---

-----ORDEM DO DIA-----

-----ACTAS - Após nova redistribuição das Actas das reuniões, o executivo deliberou, por unanimidade, aprovar as seguintes Actas:-----

-----De dezoito de Dezembro de dois mil e seis, dois de Janeiro,

cinco e dezanove de Fevereiro, cinco e dezanove de Março, dois, dezasseis e trinta de Abril, todas de dois mil e sete.-----

-----A Acta de dezanove de Março sofreu uma alteração introduzida pelo Sr. Vice-Presidente.-----

-----A respeito desta última Acta, o Sr. Presidente prestou a seguinte informação:-----

-----«Tendo em conta, a afirmação do Senhor Vereador Francisco Manuel Maurício do Rosário, na Reunião do Executivo de dezanove de Março de dois mil e sete transcrita em Acta "O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que quando apresentou a sua demissão de todos os cargos que desempenhava na Câmara Municipal, manteve o seu interesse em sair do Júri do Concurso e foi o Dr. João Magalhães que lhe disse que não podia sair sem que o Júri todo caísse", pelo que devia manter-se no Júri até ao fim do concurso.-----

-----E por julgar que esta afirmação encerra uma irregularidade grave e intencional, eu, usando a faculdade que me é concedida na alínea a) do número dois do artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, republicada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, determinei que se levante inquérito para apurar responsabilidades possíveis de procedimento disciplinar.»-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL - Foram presentes os ofícios das Juntas de Freguesia de Benfica do Ribatejo e da Raposa, solicitando o pagamento com as despesas relativas às comemorações do Vinte e Cinco de Abril, de, respectivamente, dois mil duzentos e cinquenta e cinco euros e oito mil trezentos e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, reembolsar as Juntas de Freguesia dos montantes dispendidos, com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício, que justificou:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido porque não há equidade

entre as Juntas de Freguesia e pagar o que é apresentado pelos interessados não é critério, devia haver equidade de tratamento quanto à comparticipação pela mesma actividade.»-----

-----Às quinze horas e vinte e três minutos entrou o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES DIVERSIFICADAS - A propósito da necessária definição da Zona de Actividades Diversificadas, presente à reunião do passado dia trinta de Abril, o Sr. Presidente referiu que um proprietário pretende construir instalações para aí exercer a sua actividade profissional.-----

-----Atendendo ao que já foi dito, a sua proposta é de delimitar para a zona de pequena propriedade, virada ao Marquês, a possibilidade de construção de habitação numa faixa de cinquenta metros a contar da estrada, a exemplo do que é praticado noutras vias. Poderá também comportar actividades económicas que sejam compatíveis com as zonas habitacionais e, no caso de se tratar de indústrias, apenas permitir aquelas cuja classificação se englobasse no grau quatro, de licenciamento municipal.-----

-----No restante terreno, de propriedade da Sociedade Agrícola da Alorna, SA poderiam ser instaladas actividades económicas e industriais do grau quatro, sem possibilidade de construção para fins habitacionais. Os índices de construção e implantação seriam os mesmos da Zona de Actividades Económicas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos pediu a apresentação desta proposta por escrito e disse manter alguma discordância com o que foi dito, mas pretende estudar a mesma.-----

-----O assunto passou para a próxima reunião.-----

-----PROTOCOLOS COM AS ADEGAS COOPERATIVAS - O Sr. Presidente apresentou as suas propostas para votação do clausulado dos Protocolos de Cooperação Técnica e Financeira com as Adegas Cooperativas de Almeirim, de Benfica do Ribatejo e da Gouxá.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que na última

reunião já deu conta da sua posição com referência a esta proposta e não vai participar na votação, porque vai ausentar-se, e acrescentou que está em causa a equidade com que o Município deve tratar todos os munícipes.-----

-----Submetidos os documentos a votação, foram os mesmos aprovados com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Joana Batista e José Carlos da Silva.-----

-----Votou contra o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que fez declaração de voto e voto de vencido, nos seguintes termos:-----

-----«A Vereação do Partido Social Democrata de Almeirim entende que a Câmara Municipal deve contribuir de uma forma estratégica para o desenvolvimento empresarial do Concelho de Almeirim, na medida em que também tem os meios necessários para o fazer. No entanto, a Vereação do PSD considera que o exercício do poder político deve ser exercido de forma eficaz, eficiente e responsável. Esta visão assume maior importância quando se trata de atribuir fundos públicos a entidades privadas, como é o caso das Adegas Cooperativas de Almeirim, Benfica do Ribatejo e Gouxá.-----

-----Não se discute que as Adegas Cooperativas do nosso Concelho assumem um papel importante na economia local, sendo a principal fonte de subsistência de muitas famílias de almeirinenses.-----

-----Considera-se também que o cultivo da vinha e a produção de vinho fazem parte da identidade social e cultural de Almeirim, e que a produção e comercialização do vinho atravessam tempos difíceis.-----

-----Contudo, a Vereação do PSD discorda dos termos e condições previstas nos Protocolos de Cooperação Técnica e Financeira. Não se trata de um voto estruturado numa orientação política, mas na consciência que os autarcas são também responsabilizados pelos seus actos.-----

-----Por ironia do destino, parece que coube à Vereação do PPD/PSD (com o seu assento nesta reunião) viabilizar a celebração dos contratos, dado que não haveria quórum de funcionamento para a deliberação.-----

-----Bem, mas esta situação decorre da conjugação de um conjunto de circunstâncias que não podem ser imputáveis à Vereação do PPD/PSD, mas sim às restantes forças políticas.-----

-----Passo então a explicar os motivos que forçaram a VOTAR CONTRA e FAZER VOTO VENCIDO.-----

-----Estamos a falar de atribuir quase meio milhão de euros. Estes montantes implicam compromissos financeiros para a autarquia para os próximos 7 anos, e que vão para além do mandato autárquico socialista. Não seria oportuno que a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre estes protocolos?-----

-----Em segundo lugar, as obrigações que decorrem para as Adegas - na minha perspectiva - são manifestamente pobres. Com ou sem subsídio não é expectável que as Adegas produzam vinhos de qualidade e participem acções de promoção (certames e feiras)? Fica por explicar quais são os projectos concretos para a melhoria da qualidade do vinho? Em termos de promoção da marca, o que vai ser feito pelas Adegas?-----

-----Em terceiro lugar, não deveria fazer parte do Protocolo (nem que fosse como anexo) o projecto financeiro ou o plano estratégico de cada uma das Adegas para podermos analisar quais são os objectivos, as medidas, as acções, e como é que Câmara irá acompanhar a execução do(s) projecto(s)?-----

-----Passando para a quarta questão, a Câmara Municipal não deveria ter direito à devolução dos montantes concedidos em caso de transmissão das Adegas para outras entidades ou em má gestão.-----

-----A atribuição de dinheiro é certamente criar valor acrescentado para as Adegas e sai dos bolsos de todos os contribuintes.-----

-----Destes protocolos fico sem perceber o que pretendem alcançar as adegas no final do contrato? Onde está a visão daqueles que pretendem promover o vinho de Almeirim e postos de trabalho para os Almeirinos? Onde pretendem estar as adegas no final dos protocolos? Quais são os mercados que pretendem alcançar? A quota de mercado? Onde pretendem ver reduzidos

custos? Quais são as garantias dadas aos sócios?-----
-----Quinta questão, na Cláusula 4.^a referente à "Caducidade do Protocolo", na verdade o que está em causa é uma impossibilidade. E esta deveria dizer claramente que se prende apenas com razões de FORÇA MAIOR ou ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS.-----
-----Sexta questão, a futura constituição de hipotecas, penhores e outras garantias de primeiro grau sobre o activo fixo corpóreo não deveriam ficar dependentes da anuência (ou comunicação) da Câmara Municipal? O subsídio da Câmara não vai recair na aquisição de meios de produção? A transmissão total ou parcial de imóveis, estabelecimentos, marcas também não devia seguir este raciocínio? E o acesso à consulta de documentos que comprovem a execução dos projectos por parte da Câmara Municipal não deveria estar previsto?-----
-----Sétima questão, o protocolo não deveria prever o cumprimento das obrigações legais e fiscais por parte das Adegas? E o cumprimento das obrigações ambientais? O pagamento atempado aos sócios? E a garantia do reembolso em casos que se justifiquem? A renegociação? A resolução do contrato? E que tal, casos especiais de resolução (encerramento de unidades)?-----
-----Oitava questão, ausência de uma cláusula referente à responsabilidade das partes? E uma cláusula, onde se preveja condições suspensivas?-----
-----Por fim, porque motivo estes protocolos não foram previstos no Orçamento para 2007 e no Plano de Actividades. Por que razão não foi até agora criado um regulamento sobre a atribuição de incentivos numa lógica assente em metas e objectivos claros e quantificados, de modo a possibilitar a avaliação objectiva da eficácia e eficiência da aplicação dos dinheiros públicos.-----
-----Da análise dos protocolos, não encontro nenhuma resposta a todas estas questões que acabo de enunciar, e que considero legítimas para levar a VOTA CONTRA E FAZER VOTO VENCIDO.»-----
-----O Sr. Presidente propôs depois a alteração ao clausulado do Protocolo com a Adega Cooperativa da Gouxá, no sentido de que o

subsídio seja alterado proporcionalmente, por correspondência com o número de sócios do Concelho de Almeirim.-----

-----Esta alteração foi aprovada pelos mesmos autarcas que aprovaram o documento inicial, com a mesma posição do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Presidente justificou o seu voto: «Desde que sou Presidente da Câmara, têm sido frequentes as notícias recebidas de a constatação de que as dificuldades que as Adegas Cooperativas atravessam, afectam toda a comunidade e todas as actividades económicas que se desenvolvem no nosso Concelho. Todos os protocolos que possamos assinar com estas Adegas, pressupõem uma colaboração mútua que cria condições para que no Concelho toda a actividade económica seja dinamizada. Directamente, para aqueles que estão ligados à actividade das adegas e, indirectamente, para todos os outros cuja actividade está ligada ao bom poder económico da população em geral. É conhecido que à Câmara está vedada a celebração de Protocolos deste tipo, com individuais. Daí o facto de eu aceitar que a Câmara assine Protocolos deste teor com entidades colectivas, com centenas de sócios.»-----

-----Não participou nesta deliberação o Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro, por se considerar legalmente impedido.-----

-----CONTAS DA ALDESC - O Sr. Presidente referiu que foram apresentadas as Contas da ALDESC, EM, respeitantes ao exercício de dois mil e seis e que não foram votadas por falta de quórum. Por isso, vai pedir parecer jurídico sobre a viabilidade de votação pelos membros da Câmara que pertencem ou pertenceram ao Conselho de Administração da empresa.-----

-----PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - O executivo tomou conhecimento das comunicações do Grupo Parlamentar do PCP respeitantes à Taxa de Deposição em Aterro, na aplicação do Decreto-Lei cento e setenta e oito de dois mil e seis, de cinco de Setembro; e da resposta do Governo ao Requerimento sobre a

Extensão do Centro de Saúde de Almeirim, em Benfica do Ribatejo.-----

-----ACAMPAMENTO À ENTRADA DE ALMEIRIM - Foi presente o ofício do Posto da Guarda Nacional Republicana de Almeirim informando que o acampamento à entrada de Almeirim se encontra instalado num terreno de Aníbal Martins Correia, cedido para o efeito a Gaspar Patrício Fernandes e as barracas são alojamento para ovelhas e póneis.-----

-----A Câmara deliberou pedir parecer à DHU sobre a legalidade das instalações e depósito de animais.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências:-----

-----Comité Português para a UNICEF, para combate à desidratação - duzentos e cinquenta euros; Rancho Folclórico Infantil Os Camponeses da Raposa, para o seu festival de folclore - quatrocentos e cinquenta euros; Rancho Folclórico de Paço dos Negros, para a festa de aniversário - apoio logístico e mil euros; Grupo Motard de Fazendas de Almeirim, para o seu convívio -apoio logístico e mil euros; Associação de Estudantes da Escola Secundária Marquesa de Alorna, para o concurso miss e mister escola - apoio logístico e duzentos e cinquenta euros; Banda Marcial de Almeirim, para o Encontro de Bandas Cidade de Almeirim - apoio logístico e oferecer as refeições no refeitório municipal para duzentas pessoas, ou, em alternativa, o subsídio de mil euros.-----

-----O executivo tomou conhecimento do pedido da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, solicitando apoio para o seu Congresso.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou colocar um sinal de permissão de cargas e descargas junto ao edifício comercial sito na Estrada de Coruche, em Almeirim, frente à Praça de Touros.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação do Gabinete de Acção Social informando da situação carência do agregado familiar de Dora Margarida Nunes dos Santos e da degradação da sua habitação, na Rua Coronel António Manuel Batista, número duzentos e noventa e nove, em Fazendas de Almeirim, que comporta riscos para os seus quatro filhos e que necessita, para repor as condições mínimas de habitabilidade, do arranjo da casa de banho, com água e o forro dos quartos.-----

-----A Câmara deliberou executar a obra.-----

-----Foi presente outra comunicação do Gabinete de Acção Social relativa ao agregado familiar de Maria Albina, residente na Rua Primeiro de Dezembro, número sete, direito, em Almeirim, doente crónica que vive com um filho deficiente, tendo recentemente falecido um outro filho deficiente, para cujo funeral, no valor de mil e oitenta euros, não dispõe de recursos.-----

-----A Câmara deliberou custear o funeral.-----

-----RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL - O Sr. Presidente transmitiu o pedido de Bernardino Freitas Sérgio e Maria Botas Lopes, que no dia vinte e sete de Janeiro do corrente ano sofreram danos na sua viatura ao passarem na Rua treze de Maio, em Fazendas de Almeirim, que se encontrava em obras e cujo sinistro o Município participou em cinquenta por cento, no valor de duzentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos. Vêm agora os interessados apelar a que lhe seja reembolsada a totalidade da despesa que tiveram por força do sinistro.-----

-----O executivo deliberou, por maioria, manter a participação nas despesas anteriormente definida.-----

-----Absteve-se o Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----M. Duarte Félix e Cera, Ld^a, cento e setenta e oito de dois mil; L. Pimenta Investimentos Imobiliários, Sociedade Unipessoal Ld^a, duzentos e oitenta e quatro A de dois mil e seis; Manuel Óscar do Rosário Calado, seis; Jorjauto, Sociedade de Comércio Rodoviário Ld^a, sessenta e um; Fernando Simão, Sociedade Gestora Promoção Imobiliária, SA sessenta e dois; e Manuel Arsénio Lidónio, cento e três, todos de dois mil sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras abaixo mencionados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----MFS, Compra, Venda e Exploração de Imóveis Ld^a, duzentos e noventa e cinco A, de dois mil e cinco; Lucinda Maria Valério e Outro, cinquenta e seis; Predialmeirim, Sociedade Imobiliária de Almeirim, Ld^a, cinquenta e quatro, ambos de dois mil e sete; António Luís Viana Pavão, duzentos e trinta e três, de dois mil e seis; Príncipe Sociedade Hoteleira de Almeirim, Ld^a, sessenta e sete de dois mil e um; Rui Miguel Felício Caniço, noventa e sete A; Maria João Moreira Escrevente, cento e sessenta e sete A; Manuel de Sousa Lino, cento e oitenta e um; Teresa Sofia Silva Lucas Prôa, duzentos e trinta e dois A; João Silva Fulgêncio, duzentos e sessenta e dois, todos de dois mil e cinco; José João Bento Galego, cento e sessenta e nove; António Batista Maurício, cento e setenta e nove; Sérgio Paulo Lidónio Dias, cento e oitenta e três; Tecnitejo, Sociedade Construtora do Ribatejo, SA, trezentos e dez; António Pedro Pires, trezentos e trinta e seis; José João Bento Galego, trezentos e quarenta e oito; Socialcasa, Sociedade de Investimentos de Habitação, Ld^a, trezentos e cinquenta e sete; Marlene Isabel Ferreira Fernandes, trezentos e sessenta e um; Filipe Alexandre do Nascimento

Ferreira, trezentos e sessenta e dois, todos de dois mil e seis; João Tomás Veríssimo de Almeida, dezassete; António Rebola, vinte e um; José Joaquim Azóia Bento, trinta e um; Luciano José Almeida Ferreira, quarenta e nove; Lucinda Maria Valério e Outro, cinquenta e cinco; Malfeito Ferreira- Investimentos Imobiliários, Lda, oitenta e sete, Carlos Alberto da Venda Domingos, oitenta e nove; António André Fortunato, noventa; e Rosa Tomás, Construção Civil e Obras Públicas, SA, noventa e oito, todos de dois mil e sete.-----

-----INFORMAÇÃO PRÉVIA - Foi presente o Pedido de Informação Prévia número três de dois mil e sete, no qual Rui Manuel serra Alves solicita informação sobre a viabilidade de realizar uma operação de loteamento na sua parcela de terreno na Rua Professor Armindo de Sousa Gomes, em Fazendas de Almeirim.-----

-----A informação da DHU indica que da operação urbanística resulta a constituição de sete lotes destinados à construção de moradias unifamiliares de dois pisos e anexos, em Zona Habitacional a Consolidar, devendo a Câmara pronunciar-se quanto ao pagamento da compensação monetária relativa ao défice de quatrocentos e quarenta e um metros quadrados, não previstos como terrenos para equipamentos e zonas verdes.-----

-----O executivo deliberou determinar a cedência obrigatória de estacionamento longitudinal e o pagamento da compensação relativa à restante área.-----

-----Presente o Pedido de Informação Prévia número quatro de dois mil e sete, em que Dulce Maria Rosado Pires de Azevedo solicita informação com vista à execução de um loteamento urbano no seu terreno sito na Padilha, Quinta de S. Miguel, em Almeirim.-----

-----A informação da DHU indica que a proposta está de acordo com os indicadores urbanísticos e regulamentares, dela resulta a constituição de seis lotes destinados a moradias unifamiliares isoladas, de dois pisos, não há lugar a cedência de área de utilização colectiva e deixa à consideração o pagamento da

compensação referente a trezentos e setenta e oito metros quadrados.-----

-----A Câmara deliberou proceder à cobrança da compensação.-----

-----**2 - PESSOAL**-----

-----PESSOAL CONTRATADO DA CULT - O Sr. Presidente informou, na sequência da sua proposta, que o Engenheiro electrotécnico Mário Ferreira foi contratado pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo ao abrigo das disposições legais que extinguem os GATs, sendo a absorção do pessoal aconselhado pelo Ministério do Ambiente. Apesar da responsabilidade pela contratação ser da CULT, as Câmaras Municipais de Almeirim e Coruche vão celebrar um Protocolo com aquela Comunidade por meio do qual ficam responsáveis pelo vencimento do técnico e beneficiam dos seus serviços, já que não possuem nos seus quadros técnicos da especialidade.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade, celebrar o Protocolo proposto com a CULT, para o fim indicado, pelo prazo de um ano, sucessivamente renovável.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou que vota favoravelmente a proposta, face à necessidade expressa e mediante o necessário cabimento orçamental, que se supõe disponível.-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR - Com a presença do jurista Victor de Sousa, o executivo procedeu à análise do Relatório do instrutor com vista à deliberação final do processo disciplinar instaurado ao funcionário João Fernando Xavier.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que os processos disciplinares estão na ordem do dia e, só hoje, o Sr. Presidente anunciou duas acções semelhantes.-----

-----O Sr. Presidente corrigiu que se trata de inquéritos para efeitos disciplinares.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que, em relação ao

seu requerimento, o Sr. Presidente dispôs-se imediatamente a levantar um processo disciplinar a qualquer funcionário e até deu a entender que podia ser o próprio Vereador.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não tem competência para levantar processos disciplinares a Vereadores, nem pensou nisso.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que não acha que seja uma boa estratégia intimidá-lo através dos funcionários e disse não querer relembrar o Sr. Presidente da disponibilidade para fazer inquéritos, já que alguns que o orador pediu não tiveram andamento devido a intervenção directa do Sr. Presidente. E acrescentou que a discricionariedade e arbitrariedade do Sr. Presidente são enormes, havendo entre ambos algumas divergências quanto a processos disciplinares.----

-----O Sr. Presidente defendeu que o seu entendimento se baseia na lei, ao que o Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu que também é de lei que o próprio tenha discricionariedade para propor processos disciplinares e até colectivamente, enquanto executivo, a lei confere poderes para os propor. E acrescentou que o Sr. Presidente tem esta discricionariedade, ao que o visado lhe respondeu que a tem por direito.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício retorquiu que direito é capaz de ter, bom senso é que não tem, com certeza.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que ainda não teve a indelicadeza de dizer que o Sr. Vereador não tem bom senso, porque isso vai contra toda a ética.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício esclareceu que o bom senso a que se referia tinha a ver apenas com a questão dos processos disciplinares. E acrescentou que, em relação a este processo disciplinar em apreço, se quer congratular pela sua conclusão, o que é um avanço na matéria porque, enquanto Vereador, informou sobre várias coisas e as resoluções foram nulas. E disse que a situação dos transportes escolares é uma matéria que quer discutir com o Sr. Presidente.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não está disponível.-----

-----O mesmo Vereador disse que não é um assunto particular, é da Câmara.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que é uma competência sua e não discute.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício lamentou a forma como a Câmara actuou quando toda a comunicação social apresentou o facto do trabalhador apanhado em flagrante e lamentou que a Câmara não tivesse cuidado de proteger o funcionário e a sua imagem, permitindo ao mesmo andar num carro da autarquia durante todo este período.-----

-----O Sr. Presidente disse que «lamenta esta intervenção do Sr. Vereador, que era bem escusada, na medida em que mistura 'alhos com bugalhos'. A apreciação que vamos fazer hoje é a de aplicação de uma pena, que resulta de um processo disciplinar, pena essa, da competência do executivo municipal. Os outros casos que o Sr. Vereador referiu são inquéritos que procuram identificar responsabilidades. Em relação à proposta de levantar um processo disciplinar à minha Chefe de Gabinete, quero reafirmar que a apreciação que eu fiz da reclamação apresentada por aquela funcionária e da Acta do Júri do Concurso, a segunda é muito mais gravosa e julgo que por lei me é vedada qualquer competência em relação a este. A intervenção do Sr. Vereador foi, mais uma vez, uma tentativa de se imiscuir nas minhas competências, ao ponto de referir a minha falta de bom senso.»--

-----O jurista presente na reunião esclareceu o executivo quanto ao real apuramento dos factos, testemunhas no processo e limites mínimos e máximos da sanção que à infracção cabe, independentemente do processo penal que decorre no órgão próprio.-----

-----O executivo, ponderada a proposta do jurista instrutor, as agravantes e atenuantes carreadas ao processo, deliberou, por unanimidade e escrutínio secreto, aplicar ao funcionário João Fernando Xavier a pena de noventa dias de suspensão de exercício e vencimento, que deverá começar a cumprir a partir de um de Julho do corrente ano.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - O executivo deliberou não usar o direito de preferência na venda de fracções autónomas dos prédios construídos pela COOPEAL em direito de superfície, a requerimento dos proprietários a seguir mencionados:-----

-----Carlos Alberto Serôdio da Silva, respeitante à cave direita do prédio sito na Rua Vasco da Gama, número dois; Helena Maria Soares Fernandes da Silva, respeitante ao rés do chão direito do bloco vinte e oito da Avenida D. João I; Susana Maria Marques B. Alcanena, referente ao terceiro andar esquerdo do bloco vinte da Avenida D. João I; e Habigótica, sociedade de Mediação Imobiliária, Lda, referente à fracção F do Bloco catorze da Rua Vasco da Gama, todos em Almeirim.-----

-----OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - A Câmara tomou conhecimento do ofício do Governo Civil do Distrito de Santarém que remete cópia de um abaixo-assinado promovido pelo explorador do Posto de Abastecimento de Combustíveis no Largo Manuel Rodrigues Pisco, em Almeirim, com vista à sua manutenção.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Não se tendo ainda concretizado a transmissão e mantendo-se o interesse das respectivas empresas, o executivo deliberou manter as deliberações que determinam a venda da nua propriedade sobre os lotes da Zona de Actividades Económicas, a seguir indicados:-----
-----Número treze, a Jorjauto - Sociedade de Comércio Rodoviário, SA; e Fernando Simão - Sociedade de Gestão e promoção Imobiliária, SA.-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO - Foi presente o

Relatório do Júri do Concurso público em título no qual analisa a reclamação do concorrente Solnutri - Restauração e Alimentação, Lda. à classificação que lhe foi atribuída e, reconhecendo a precedência da mesma, considera que a empresa tem razão e corrige a acta final, propondo a adjudicação à reclamante.-----

-----A Câmara deliberou adjudicar o Fornecimento de Refeições Confeccionadas para Estabelecimentos de Ensino do Concelho a SOLNUTRI - Restaurantes e Alimentação, Lda, ora reclassificado em primeiro lugar, pelo preço de um euro e onze cêntimos cada refeição, com o valor anual estimado de setenta mil cento e quarenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício chamou a atenção para a eficácia deste concurso, já que estamos em Maio, e reiterou a recomendação já feita, porque acha perfeitamente ridículo que um fornecimento que deveria ser iniciado no início do ano lectivo esteja agora a ser objecto da deliberação de adjudicação.-----

-----Às dezassete horas e cinquenta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição